

O contágio como a distopia realizada mais urgente

Vittorio Talone

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Não é incomum hoje nos depararmos com pessoas caracterizando o presente como distópico. O romance *1984*, de George Orwell, publicado em 1949, talvez a obra mais conhecida de uma “literatura distópica”, disparou em vendas após a eleição de Donald Trump, em 2016 (FREYTAS-TAMURA, 25/01/2017). Igualmente, o livro de aventura distópica *Jogos vorazes* (2008) e suas continuações ingressaram na galeria das obras infanto-juvenis mais consumidas no período, emplacando farta bilheteria em sua adaptação aos cinemas, chegando a causar desconforto no governo tailandês devido a jovens replicando símbolos da rebelião ocorrida em sua trama (BARBOSA, 2017) — inaugurando uma onda de livros e adaptações do mesmo tipo, como as séries *Divergente* (2011) e *Maze Runner* (2009). Por sua vez, o romance *O conto da Aia* (1985), da canadense Margaret Atwood, foi adaptado em 2017 para uma série de televisão que, pelo menos em sua primeira temporada, fez muito sucesso, e o livro teve alto pico de vendas nos últimos anos (RODRÍGUEZ, 07/10/2017) — tendo inclusive a autora decidido dar continuidade à história após três décadas com o livro *Os testamentos* (2019). Esses poucos exemplos de obras delineando distopias vêm chamando a atenção recentemente e isso costuma ser atribuído a estarem se concretizando no presente cenários e/ou acontecimentos antes localizados em um futuro ameaçador nelas descritos¹. Tal futuro, parecendo bater à nossa porta, aparentemente tornou-se um cômodo em nossa casa. O contágio em nível mundial pelo vírus Sars-CoV-2, levando à infecção por coronavírus (Covid-19), se apresenta na atualidade como novo fator distópico. Neste texto, almejo atentar brevemente a alguns cenários “distópicos”, as visões de “pior mundo possível”, que estariam se concretizando no presente brasileiro e às disputas entre eles, causando efeitos na vida cotidiana das pessoas.

A palavra distopia é derivada “de duas palavras gregas, *dus* e *topos*, significando um lugar doente, ruim, defeituoso ou desfavorável” (CLAEYS, 2017, p. 4). Em um volumoso livro cobrindo o que chama de “história natural da distopia”, o historiador Gregory Claeys abarca desde suas representações na literatura e no cinema até suas manifestações ao longo da história. Sim, para o autor, diferentemente do que é dito no senso comum sobre a utopia — cujo prefixo “u” de negação liga-se a “topos”/”lugar”, ou seja, supostamente tendo como significado um lugar ideal nunca efetivado no presente —, muitas vezes apontada como o oposto da distopia, esta forma já teve, tem e terá lugar na realidade.



O que interpreto como o dado primordial e como característica mais relevante do livro de Claeys é que distopias não só podem existir neste exato momento, como foram a realidade objetiva de diferentes grupos ao longo da história. Mas, em geral, seriam “distopias localizadas”, para certos grupos, concretizadas a partir do ideal de outros. Ele discute, por exemplo, como o crescimento econômico e social de potências europeias ao longo dos últimos séculos esteve calcado na exploração bruta de recursos humanos e materiais de outras regiões do mundo. O progresso e a “evolução” (a utopia, portanto) de uns pode gerar, e gerou, segundo Claeys, a destruição de culturas, a separação de famílias, inúmeras mortes etc. — elementos que seriam identificados como distópicos pelos primeiros caso ocorresse com eles. Um cenário “o pior possível” (no sentido de colocar em risco conjuntamente vidas e estilos de vida, digamos brevemente) poderia se tornar parte da realidade objetiva para certos grupos de pessoas de forma específica, diferentemente de como apareceria para outros.

O autor se distancia, portanto, de como são concebidas as utopias pela filosofia política (e, logo, de como essa poderia delinear as distopias). Para tal vertente da filosofia, como argumenta Boltanski (2000[1990]), as utopias (e, em meu argumento, as distopias) podem ser *realizadas* como quadros gerais capazes de servir de guia/ordenamento para certas formas de ação dos atores sociais em suas vidas. Assim, uma análise inspirada na obra de Claeys pode acabar negligenciando a noção de que possa haver uma “distopia mais urgente”, ameaçando a todos — e possivelmente aprofundando demais distopias vigentes, como veremos adiante —, cujo caráter universal é algo muitas vezes abordado ou subentendido na própria literatura distópica. As distopias literárias demonstram uma fundamental pretensão (também própria das utopias) de universalidade, concretizável em uma *condição ruim generalizada*, mesmo que muitos dos subjugados não saibam estar vivendo em uma distopia: nesse caso, a liberdade seria um dos elementos rebaixados por ela. Um dos exemplos disso mais pujantes na literatura seriam os Parsons de 1984, os vizinhos do personagem principal, completamente devotos ao *Big Brother* e alienados da condição de escravidão a que estão submetidos. Proponho aqui, em primeiro lugar, atentarmos para a pretensão de universalidade das distopias, abordando especificamente aquelas típicas de sociedades modernas, pois mobilizar o conceito para dar conta de diferentes eventos ao longo de toda a história pode “achatar” sua potência analítica. Para o próprio Claeys, a ideia de “distopia” e a forma como seus diferentes elementos a compõem ligam-se a fenômenos modernos e ao pessimismo secular típico da era moderna².

O isolamento, apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ferramenta base (embora não suficiente por si só) para enfrentar o contágio da Covid-19, apresenta-se como uma medida drástica no presente, um ordenamento de ações, visando evitar um cenário ainda mais universalmente catastrófico no futuro: a efetivação da morte, da dizimação de parte da população global por uma doença e pela falta de capacidade dos sistemas de saúde e de governos de a combater³. Mas nem todos compartilham que esta seja uma *distopia absoluta*, isto é, a pior, aquela a que deveríamos oferecer absoluta atenção. Com isso, esses discordantes interpretam que sua taxa de mortalidade é baixa, por exemplo, não sendo diferente de qualquer outra doença

enfrentada todos os anos. Em sintonia com o próprio presidente brasileiro de estarmos lidando apenas com uma “gripezinha”, algo que não estaria “matando mais do que outras doenças”, algumas pessoas parecem apontar para o “desemprego em massa” e o fechamento de empresas a ser causado por conta de certas medidas de combate ao coronavírus, notadamente as de distanciamento (BBC NEWS, 24/03/2020), como o grande fator distópico. Ora, esses problemas econômicos já eram anteriormente uma real preocupação no país, assolando muitas pessoas não protegidas por medidas tímidas do próprio governo, que se diz alarmado em relação à condição dos mais pobres (LEMOS, 26/03/2020). Aqui, projetava-se uma condição segundo a qual problemas como o desemprego e pessoas passando fome se universalizaria e caracterizaria uma distopia por meio da recessão global, levando as pessoas ao limite das privações, provocando da depressão psicológica à inanição física, e provocando ondas gerais de saques, roubos e outras formas de violência que os governos não conseguiriam controlar/coibir por falta de recursos. Nesta segunda visão, ações visando o bem-estar sanitário de todos os cidadãos e a sustentação do sistema de saúde seriam entraves ao bem-estar desses mesmos cidadãos no plano da economia, e este seria o fator característico do “pior cenário” — ou, ainda, essas medidas sanitárias seriam parte de uma conspiração comunista para derrubar as economias ocidentais (HAMLIN, 2020).

Meu argumento, então, é que está jogo no atual momento uma disputa entre diferentes visões sobre o “pior mundo possível”.

Vale destacar, antes de prosseguirmos, que *problemas sociais* como desemprego, desigualdade, crimes etc. e *catástrofes*, isto é, eventos desastrosos de grandes proporções normalmente relacionados a fenômenos naturais, não são sinônimos de *distopia* e nem são suficientes para caracterizar uma. Em primeiro lugar, a distopia — ainda que problemas sociais e/ou catástrofes tenham gerado o quadro de sua realização — relaciona-se às ações e às reações humanas: o “pior cenário possível” quanto ao aquecimento global, i.e., é efetivado pelas atividades dos homens, e é a reação das pessoas entre si, disputando recursos essenciais à vida em risco extremo de escassez, que pode levar a um cenário a ser considerado como distópico. Como exemplo no cinema, temos a série *Mad Max* (dirigida por George Miller e iniciada em 1979), uma ficção científica — gênero este composto de muitos elementos caros às distopias (CLAEYS, 2017). Outro exemplo de um modelo geral: um grupo de pessoas representa um governo totalitário condicionando formas de vidas possíveis e eliminando as indesejáveis, podendo ser combatido por uma resistência ou ser acatado com apatia generalizada (aqui temos o próprio *1984* e, já nos anos 1980, a série de histórias em quadrinhos *V de vingança*, escrita por Alan Moore, e levada ao cinema em 2005 por James McTeigue sob as asas das irmãs Lilly e Lana Wachowski, criadoras da trilogia de filmes *Matrix*, outra distopia futurista)⁴. Por fim, a distopia liga-se a um quadro geral, possivelmente cobrindo o “mundo inteiro”, em que todas as dimensões da realidade são tocadas por suas características chave — ou, digamos, por sua genética.

Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020[1991]), em sua *sociologia pragmática da crítica* (BOLTANSKI, 2009), notadamente em seu modelo das *economias da grandeza* (EG), propuseram haver — nas sociedades modernas em geral, muito embora com ênfase na francesa, para onde olhavam ao desenvolver seus estudos — quadros finitos servindo de ordenamento às ações das pessoas, marcando uma “disposição para o acordo”. De forma mais sucinta (abrindo mão, assim, do alcance e profundidade do argumento): nas sociedades modernas, as pessoas movem-se, vivenciam suas rotinas e resolvem suas disputas com vista ao acordo, justificando e cobrando justificações aceitáveis uns dos outros segundo valores (chamados por eles de grandezas) reconhecíveis por aqueles envolvidos na situação. São quadros de referência — nomeados pelos autores de *cités*⁵ — que configuram repertórios de ação, interpretação e interação, o que, dessa forma, liga-se à prática. Pois bem, Boltanski (2000[1990]) caracteriza uma *cité* como uma “utopia realizada”, argumentando que, na filosofia política, uma utopia se torna realizável na medida em que encontre na vida prática um mundo de elementos concretos a tornarem seu projeto um fundamento das ações dos humanos. Como resume Werneck (2018, p. 95), trata-se da “ideia de uma construção ideal de que os atores sociais possam lançar mão (...) quando são chamados a [definir uma situação] em termos de justiça e sua possibilidade de ser mobilizada no mundo prático, afirmando o laço entre utopia imaginada e vida social pragmática”. Quando se justificam, eles oferecem explicações a terceiros ao mesmo tempo que cobram desses mesmos terceiros suas justificativas e se conduzem na direção de um acordo, ainda que microtemporalmente, e assim atingem uma “utopia realizada”. Esta pode se dar em termos de grandezas como eficácia, hierarquia, opinião, civismo, entre outras. E, construindo um quadro plural, essas *cités* são utopias realizadas que podem entrar em disputa ou em compromisso uma com a outra.

Logo, há *metafísicas morais* — quadros de referência contendo visões de mundo que conferem significado às situações vivenciadas pelas pessoas, sendo projeções servindo de orientação para as suas ações — que orientam a utopia das ações sociais e os mundos que por meio delas se constituem (WERNECK, 2012, 2016). O que é chamado de “mundo” (BOLTANSKI, 2000[1990]; BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]) é o rebatimento prático e necessário dessa utopia na existência, envolvendo a mobilização de dispositivos pragmaticamente estabelecidos. Logo, as atividades no mundo são orientadas tanto por demandas situacionais quanto por metafísicas morais — estas contendo princípios abstratos mobilizados competentemente pelos atores — que guiam e oferecem sustentação a diferentes formas de efetivação.

Boltanski e Thévenot (2020[1991]) ainda vinculam à vasta matriz empírica explorada em suas pesquisas, pela qual depreendem os princípios superiores comuns aos quais as pessoas se referenciam para entrarem em acordo, seis obras de filosofia política para servirem como metafísicas (utopias realizadas) de referência, como paradigmas exemplares, na medida em que essas explicitam humanidades ligadas a um bem comum ultrapassando os benefícios particulares de cada pessoa. Tais textos são ressaltados por conterem de forma pura os diferentes princípios fundadores dos ordenamentos justificáveis mais consagrados entre pessoas na modernidade. Obviamente, os autores não colocam que os membros comuns da sociedade tenham lido as obras de filosofia destacadas. Elas servem, como dizem os autores, como “livros de gramática”, consolidando como

normal aquilo que os próprios “falantes” já executam na prática. Entende-se, então, que as ordens formalizadas nessas filosofias políticas estão inscritas em dispositivos concretos, compondo as situações da vida cotidiana. Logo, é por meio da experiência ordinária e suas comprovações que as pessoas aprendem a se comportar em acordo com princípios de bem comum indicados. As metafísicas (identificadas por tais obras) contêm os recursos que possibilitam a efetivação dos diferentes princípios de ordem transcendendo ações situadas. Retomo essa dimensão do modelo das EG porque aqui procuro destacar algumas obras de ficção como modelos paradigmáticos de formas gerais distópicas — destacadas em seguida. Assim, da mesma maneira que Boltanski e Thévenot (Idem) sugerem que *A riqueza das nações*, de Adam Smith, de 1776, sintetiza as bases formais de uma lógica de justificação *mercantil*, destaco livros como *Laranja mecânica* (1962) ou o citado *1984* como grandes sínteses paradigmáticas de cenários distópicos.

Em meus últimos trabalhos, individuais e em conjunto (TALONE, 2015, 2020; WERNECK e TALONE, 2019; WERNECK, TEIXEIRA e TALONE, 2020), mostrei como na cidade do Rio de Janeiro são também pujantes referências a uma noção de mundo “o pior possível” — ou seja, de pessoas partilhando dessa noção em comum, agindo em diversas situações a partir deste “bloco de sentido” (PORTO, 2006). Minha preocupação tem se voltado para captar os “piores cenários” relativos à “violência urbana”, marcada pela interpretação de que existiriam atores sociais representados como “portadores” de uma “força desproporcional” (MACHADO DA SILVA, 2004; WERNECK e TALONE, 2019) ou considerados pelas pessoas como naturalmente ligados a práticas criminosas (MISSE, 1999), caracterizando uma *distopia da sociabilidade violenta* (WERNECK e TALONE, Idem). Talvez o citado *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess (filmado em 1971 por Stanley Kubrick), que retrata a violência gratuita de gangues e uma terapia lobotômica de aversão para lidar com esse problema, possa ser apontada como a referência literária mais próxima para tal distopia realizada. Mas outros cenários “o pior possível” se mostram presentes e podem entrar em disputa, assim como acontece com as “utopias realizadas” — como fiz com *Laranja mecânica*, apenas esboçarei possíveis obras de base às distopias realizadas que aponto⁶.

Podemos perceber a proposição de uma *distopia ambiental*, cujo mundo a que corresponde é aquele do aquecimento global e seus efeitos — tendo como consequência, por exemplo, incêndios matando bilhões de animais (GRANDA, 13/01/2020), o derretimento das calotas polares, a possibilidade de cidades desaparecerem devido à elevação do nível do mar, o aumento alarmante do estresse térmico etc. Quanto a essa distopia, um exemplo literário poderia ser achado em *The Lathe of Heaven* (1971), de Ursula Le Guin, situando-se em uma realidade de problemas ambientais causados por superpopulação, aquecimento global, epidemias e ondas de crime — todos gerados por ações humanas —, ainda projetando a escassez de alimentos e a abundância de guerras no Oriente Médio. Embora não seja inteiramente uma ficção (como estou baseando as demais distopias realizadas), podemos considerar o livro *The Coming Global Superstorm* (1999)⁷, de Art Bell e Whitley Strieber — cujas partes ficcionais inspiraram o filme *O dia depois de amanhã* (2004) —, como base para esta distopia, pois apresenta e explora as dificuldades humanas para manter a vida no rescaldo de mudanças climáticas repentinas.

Uma outra distopia realizada apresentada na atualidade seria aquela relativa ao poder crescente das grandes corporações, que, representadas por investidores e bilionários, significam um mundo de desigualdade limite, com grande parte da população global vivendo na miséria ou pobreza extrema. Como destaca Claeys, algo que pode ser denominado de *distopia corporativa* teria como possível expressão o volumosíssimo *Graça infinita* (1996), de David Foster Wallace, ambientado em um futuro superestado americano em que as empresas são tão poderosas que nomeiam anos com bases em seus produtos — parte da história situa-se no Ano da Fralda Geriátrica Depend. Nesse cenário, enquanto fusões de grandes companhias fazem destas (e seus poucos representantes) um grande ator com poder decisório na sociedade, a maior parte da população vivencia uma realidade de austeridade e de fragilidade.

Há também a clássica *distopia totalitária*, indicando alguma forma nociva de uniformidade imposta por poucos à maior parte da sociedade. Penso que ela pode se decompor em duas formas distintas, mas que podem se dar conjuntamente: ligando-se à atuação militar (uma *distopia totalitária militar*), como presente em *Zero* (1974) ou em *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), de Ignácio de Loyola Brandão; ou representada pela crítica à mentalidade coletiva imposta por um grupo buscando uma utopia (uma *distopia totalitária utopista*) como exposta em *Nós* (1924) de Yevgeny Zamyatin, e no próprio 1984. Ambas as distopias totalitárias resultariam em governos repressivos e bárbaros, dando forma a realidades de miséria, de desconfiança generalizada e de punição. Esta é certamente a distopia literária mais clássica.

Uma possível *distopia tecnológica*, em que invenções humanas provocarão um impacto negativo a todos e ao meio ambiente, pode estar atrelada principalmente às distopias corporativa e totalitária. Assim, sua relação com um cenário “o pior possível” se daria por sua utilização como objeto para realizar vigilância (1984) e/ou como arma (*Graça infinita*) por um partido político, um Estado e/ou uma corporação. No entanto, penso ser possível uma *distopia da automação*, em que o cenário geral de desastre está mais associado a uma tecnologia específica do que à sua mobilização por um grupo. Faltam-me exemplos literários à mão nesse quesito, de forma que o mais próximo que consigo imaginar é a franquia de filmes criada por James Cameron e Gale Anne Hurd em 1984 *O exterminador do futuro*. Embora ambientada no presente, a história concebe um futuro em paralelo em que os humanos lutam por sua sobrevivência (em um momento de quase extinção) contra uma inteligência sintética de abrangência mundial chamada *Skynet* — um sistema de computador americano que se torna autoconsciente e avesso à existência do homem.

Há também uma *distopia da recessão* (ou da escassez extrema). Essa distopia realizada é marcada por um mundo cujos recursos estão basicamente esgotados, tendo as pessoas que disputar e lutar entre si para garantir condições mínimas de sobrevivência de forma imediata, logo, insuficientes a longo prazo. Diferentemente da distopia ambiental, não se trata apenas de mudanças ligadas ao impacto lesivo da ação humana na natureza, mas do esgotamento de recursos naturais, de produtos e de empregos por uma gestão criminosa, deletéria, equivocada ou tacanha das estruturas sociais/da economia. Uma obra possível é a HQ *O perfuraneve* (1984), de

Jacques Lob, Benjamin Legrand e Jean-Marc Rochette — também levada ao cinema, em 2013, nos EUA, pelas mãos do diretor coreano Bong Joon Ho. Na história, após um experimento científico que acaba por provocar uma era glacial no mundo, quase toda a população morreu. Os únicos sobreviventes permanecem vivos por estarem em um trem de tecnologia avançada que nunca para. No transporte, logo as pessoas se dividem em grupos: um que vive ao final do trem completamente desprovido de alimentos, aquecimento e espaço adequados, ainda tendo de exercer força de trabalho exaustivamente em prol da manutenção do veículo; e outro que praticamente não sofre privações e não precisa oferecer força para o funcionamento do mecanismo. Com isso, estoura uma revolta contra a administração dos bens naquele trem, sendo uma batalha em torno do sistema de distribuição e punição imposto⁸.

Finalmente, pode-se falar em uma *distopia do contágio*. Trata-se de um cenário em que uma doença atinge grande parte da população mundial por causas diversas, a ponto de ser necessário buscar incessantemente por curas, levando à necessidade de novas estratégias de sobrevivência e ao enfrentamento uma nova *configuração base* da vida — nada mais seria *taken for granted* (GARFINKEL, 1967)⁹. Uma possível obra de referência literária seria *A peste* (1947), de Albert Camus, cuja história é ambientada em uma cidade destruída por uma praga, estando em questão o destino e a condição humana agora que as pessoas têm de lidar com uma situação antes tida como “absurda”. O *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, narrando os efeitos de uma epidemia de perda de visão que se espalha por toda humanidade, havendo um completo colapso da vida cotidiana/das estruturas sociais, também pode apresentar as bases para tal distopia realizada¹⁰.

Temos observado uma disputa em torno de qual deve ser considerada a pior distopia no atual momento. Se as utopias realizadas organizaram-se especialmente em torno da *justiça* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]), as distopias realizadas me parecem — em um primeiro momento — estar organizadas em torno da *liberdade* em relação ao direcionamento de esforços e recursos da sociedade para combater o determinado “pior cenário possível” que ela representa. Ela diz respeito à possibilidade da tomada de poder decisório impositivo. Nos últimos meses, penso que as visões distópicas relativas ao *contágio* e à *recessão* são aquelas mais vigentes e em choque. Claro, não se deve conceber as distopias de forma pura, pois elas podem se conectar. Exemplo: muitos podem interpretar que os perigos quanto ao meio ambiente ou quanto à disseminação de um contágio são uma das consequências da atuação destrutiva ou de resguardo das grandes corporações — portanto, combater mudanças globais ou medidas de saúde é também combater as ações de tais agrupamentos¹¹; outros podem considerar que as “crises econômicas” são causadas por ações deletérias de uma conspiração global ideologicamente marcada pelo comunismo/globalismo/gramscismo etc. (O DIA, 22/04/2020).

Nessas disputas, coloca-se a pergunta: uma distopia é *a* apocalíptica, *a* absoluta? Alguma delas é *a* pior? As possíveis respostas podem dar direção aos investimentos e recursos visando reduzir o efeito deletério de uma distopia, autorizando ações relativas a ela — e não às demais, a menos que haja compromisso entre elas, como destaquei acima. Nos últimos meses, vemos a distopia do contágio (ligada à saúde da população) ser apontada como a pior possível. Nela, as pessoas temem viver sob uma ameaça constante de morte e de perder familiares e conhecidos pela doença, ainda afetando como conseguirão trabalhar/produzir e dar continuidade à vida cotidiana neste novo contexto, assim aprofundando uma possível distopia da recessão. Levar a sério medidas relativas a um pior cenário possível do ponto de vista do contágio é essencial para controlar os números de óbito já tão acentuados no momento de escrita deste texto e os problemas e sofrimentos subsequentemente passíveis de serem causados a todos. Sendo essa a distopia urgente, haveria liberdade de mobilização de recursos e de efetivação de ações visando resolver ou, ao menos, atenuar as questões ligadas a ela. Por exemplo, garantindo medidas como o auxílio emergencial para manter as pessoas em casa e assegurar que tenham renda para manterem condições mínimas de sobrevivência — sem entrar aqui no mérito do valor insuficiente dos R\$ 600 mensais aprovados pelo Congresso Nacional. Assim, evitar-se-ia um futuro de mudança profunda e negativa em relação ao *taken for granted* da vida cotidiana.

Mas a disputa entre distopias realizadas toma forma pela circulação de informações visando oferecer a cada uma delas *tangibilidade*, indicando diferentes distopias a serem priorizadas em uma possível ação. Trata-se de um fenômeno muitas vezes retratado nas distopias literárias. Com isso, vale retomarmos um elemento de *1984*: a disputa de informações e a distorção da verdade. No livro, o Partido — agrupamento único a coordenar todas as atividades coletivas e individuais daqueles submetidos a ele — tem como principal arma um controle absoluto do que é a verdade. Se um acontecimento não é mais adequado a seus objetivos, logo ele é apagado e negado — o que deve ser feito por todos os membros do agrupamento — tanto dos registros físicos (documentos, relatos, livros) quanto das memórias particulares. Aqueles que falham em adequar a própria memória à cambiante “realidade real” são submetidos à tortura, pois lembrar das coisas sem considerar as distorções oficiais seria algo “erroneamente tomado como virtude”. Um funcionário do Partido coloca ao personagem principal enquanto este era torturado:

Só a mente disciplinada enxerga a realidade, Winston. Você acha que a realidade é uma coisa objetiva, externa, algo que existe por conta própria. (...) Mas eu lhe garanto, Winston, a realidade não é externa. A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que está sujeita a erros e que, de toda maneira, logo perece. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal (ORWELL, 2009[1949], p. 292).

Essa cena explicita uma discussão a respeito do que pode dar à realidade aquilo que Chateauraynaud (2011) chama de “preensão”, ou seja, aquilo que faz com que dados, situações, pessoas, doenças etc. à nossa frente nos sejam tangíveis, logo, produzam efeitos como aquilo que concebemos como real¹². Há, hoje, uma imensa circulação de informações visando concretizar

diferentes “preensões” sobre uma realidade distópica, o que pode dar maior ou menor tangibilidade a uma distopia realizada ou outra. Assim, relatos sobre mortes por acidentes que foram errônea e propositalmente registrados como causados por coronavírus para inflar os números do contágio e forçar o isolamento social (VEJA, 29/03/2020) — “simulando o pior cenário” do contágio por visar minar com a economia — ou sobre o funcionamento da hidroxicloroquina para tratar da doença (FOLHA DE S. PAULO, 09/04/2020) — sugerindo que haveria formas simples de combater o Covid-19 não aplicadas por interesses políticos e acabar com a economia —, seriam formas de dar tangibilidade à distopia da recessão e de direcionar todos os esforços para combatê-la. Para tal, seria necessário rebater a distopia dos contágios. Obviamente, as pessoas não acreditam em apenas uma distopia realizada ou em outra, e nem conto aqui com números (e não é meu objetivo) capazes de mostrar qual “realidade” está sendo a mais tangível para elas no momento (e evidentemente não questiono a gravidade da pandemia ou a importância das medidas de distanciamento); o ponto é que são, sim, visões de mundo presentes e que podem estar em disputa, causando efeitos possivelmente graves¹³ — ainda que partindo de uma “trollização” (PETERS, 2020) ou da utilização de uma estratégia da dúvida (HAMLIN, 2020).

Assim, certas interpretações de mundo, juntamente a exemplos as “comprovando”, podem se firmar como as “corretas”, ao menos por um determinado período, formando lembranças-chave, paradigmáticas (TALONE, 2019), sobre um evento — mesmo que como “memória protética” (LANDSBERG, 2004): vários vídeos indicando hospitais vazios (logo, evidenciando uma mentira quando à crise no atendimento ao vírus), podem ser mobilizados e se tornar centrais para muitas pessoas, dando preensão às suas vidas no ambiente em que estão.

Ora, todos vivemos a distopia realizada do contágio, pois a doença é *efetivamente* (WERNECK, 2012) contraída por pessoas no mundo inteiro e ordenamentos de ação tomam forma a partir disso, acreditemos nela ou não. Logo, é também por meio da disputa entre distopias que lidamos com dados incompletos, informações distorcidas pelo próprio governo federal e as *fake news* — assim como os personagens de *1984* deparam-se com os “câmbios da verdade” do governo.

É necessário explorarmos quais são as mecânicas e os meios (oficiais ou não) empregados para se criar uma maior tangibilidade de uma distopia (ou mais) em detrimento de outras possíveis, deslocando imperativamente recursos de enfrentamento de cenários desastrosos que podem ser mais urgentes em outro “pior mundo”, e que custo isso causa para as pessoas em suas vidas cotidianas. Uma distopia afirmada pode reforçar outros “piores mundos possíveis” de forma que ela mesma pode se agravar. Por fim, se há disputas pela “preensão” (CHATEAURAYNAUD, 2011) de todos frente à realidade e suas distopias realizadas, é central entendermos conjuntamente os mecanismos, o alcance e a apreensão das pessoas a respeito dos dados oficiais, das notícias compartilhadas por autoridades públicas, das informações partilhadas por diferentes autoridades científicas e das *fake news*¹⁴.

Notas

¹ “Isso é tão *Black Mirror*”, referindo-se à série britânica de ficção-científica cujas narrativas normalmente buscam evidenciar um problema tecnológico/social corrente, tornou-se uma sentença comum entre alguns dos espectadores de seus episódios para apontar a algum problema na realidade — sendo hoje uma frase ironizada, inclusive constando no quadro “Frases que valem tapa na cara”, do canal *TV Quase*, que humoristicamente critica clichês da vida contemporânea. Para mais sobre isso, ver Werneck (2020).

² Embora a categoria tenha origem em meados do século XVIII, ela seria amplamente empregada apenas a partir do século XX, tendo alguns termos correlatos ao longo do tempo, como a “cacotopia” de Jeremy Bentham (CLAEYS, 2017).

³ Há cenários distópicos explorados nesse sentido por Ignácio de Loyola Brandão em seus livros (SPERB, 11/04/2020).

⁴ Em *Mad Max*, acompanhamos a história de um policial que sobrevive a um mundo pós-apocalíptico desértico, no qual milícias motorizadas se tornam um poder paralelo e aterrorizante para os mais fracos e em que água e gasolina se tornam os bens mais valiosos, sendo objeto de disputas violentas. Já em *V de vingança*, conhecemos a história de Eve, uma jovem normal que se envolve com um estranho justiceiro/terrorista mascarado (cognominado pelo V título) em uma Inglaterra futurista dominada por um governo totalitário, legitimado por sua alegada garantia de segurança.

⁵ A ideia de citê tem “por escopo identificar a constituição interna das metafísicas ordinárias mobilizadas no dia a dia pelas pessoas que recorrem a princípios lógicos e a valores que no Ocidente se tornaram hegemônicos e explicitar quais os critérios que marcam sua legitimação no espaço público” (CORRÊA e DIAS, 2016, p. 74).

⁶ Exercício que ainda demandará mais pesquisa e análise densa para se chegar a um conjunto de terminologias e ilustrações adequadas e definitivas. Aqui apenas realizo um apontamento inicial.

⁷ O livro é composto por partes analíticas intercaladas com pequenos cenários ficcionais interligados, descrevendo o que poderia acontecer na ocorrência de certos efeitos do aquecimento global.

⁸ Assim como a distopia da automação pode ser resultante de outras, esta também pode ser consequência das distopias ambiental, corporativa e totalitária.

⁹ Quanto à possível “distopia sanitária” em relação ao coronavírus, projetada por Vilardaga (06/03/2020), sua interpretação liga-se ao entendimento de que uma quarentena geral pode ser utilizada pelo governo como uma forma de controlar a população e minar com a democracia. Desta forma, eu localizaria esta interpretação dentro da distopia totalitária. O mesmo se aplica à distopia do coronavírus (ROSSI, 29/02/2020).

¹⁰ Também nessa linhagem pode ser incluída a maioria dos exemplares da produção sobre zumbis — quase todas centradas na ideia de que uma horda de mortos-vivos avança sobre a humanidade para deles se alimentar, tornando cada vitimado um novo zumbi (contaminando-o, portanto). Acredito que a questão principal dessas obras é a contaminação e o fim da “vida como antes”, impondo à humanidade a busca pela sobrevivência em outras bases — a exemplo da HQ *The Walking Dead*, de Robert Kirkman e Tony Moore, lançada em 2003 e transformada em 2010 em um seriado de enorme sucesso na TV americana —, embora algumas obras com zumbis dialoguem com a questão dos poderosos, especialmente os militares (querendo proteger a sociedade, eles desenvolvem uma arma biológica que transforma pessoas em zumbis, por exemplo), e possa servir mesmo como metáfora para a citada sociabilidade violenta (como no clássico *A noite dos mortos-vivos*, de 1968, dirigido por George Romero).

¹¹ Nesse sentido, por exemplo, parte das mortes que terão como causa “Covid-19”, poderiam ter como motivo “a precarização da saúde pública”, o “aumento da desigualdade e da miséria nos últimos anos”, a “falta de investimento em saneamento e moradia digna” (BRUM, 08/04/2020).

¹² No sentido há muito trabalhado por Chateauraynaud, este conceito (*prise*, no original) indica a aderência presente (ou que deve estar presente) na relação do organismo com o ambiente. Ele se situa em um *continuum*, como destaca Diogo Corrêa em sua tradução a uma parte do livro (CHATEAURAYNAUD, 2012): se não há nenhuma apreensão, então a realidade flutua; se ela é excessiva, total, não há movimento, mas aprisionamento.

¹³ Por exemplo, a forma como os próprios representantes do poder público recolhem e publicizam dados relativos ao coronavírus pode afetar a vida diária das pessoas (PLATERO e GOMES, 2020). Demonstrar a “baixa mortalidade” de uma doença, levando a um afrouxamento das medidas visando a conter, pode levar a uma “explosão” do número de infectados por ela e ao colapso do sistema de saúde (VALFRÉ e BEHNKE, 06/04/2020).

¹⁴ Essa pesquisa viria acompanhada de um *background* de estudos de boatos e fofocas e seus efeitos. Com isso quero dizer que *fake news* não é um fenômeno novo. Mas sua disseminação on-line e seu aparente impacto em percepções de assuntos diversos, e como se tornou discutida, sobretudo, desde a eleição de Donald Trump à Presidência dos EUA, em 2016, a coloca como um assunto de interesse e urgência para diversos estudiosos. Tal fenômeno pode envolver, como explicou Hamlin (2020), uma “codificação do negacionismo”, isto é, uma estratégia que combina o recurso a falsos especialistas, falácias lógicas, expectativas irreais, seleção minimalista dos fatos e teorias da conspiração.

Referências

- BARBOSA, Anna Carolyn. **O espaço, o humano e o espetáculo na distopia pós-moderna de ‘Jogos vorazes’**. Dissertação (mestrado), Promel/UFSJ, 2017.
- BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000[1990].
- _____. **De la critique: Précis de sociologie de l’émancipation**. Paris: Gallimard, 2009.
- _____; THÉVENOT, Laurent. **A justificação: Sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020[1991].
- CLAEYS, Gregory. **Dystopia, A Natural History: A Study of Modern Despotism, its Antecedents, and its Literary Diffractions**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CORRÊA, Diogo; DIAS, Rodrigo de Castro. “Crítica e os momentos críticos: ‘De la justification’ e a guinada pragmática na sociologia francesa”. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, vol. 22, n. 1, pp. 67-99, 2016.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. **Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique**. Paris: Pétra, 2011.
- _____. “A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova”. **Blog do Sociofilo**, 2012. Disponível (on-line) em: <https://blogdosociofilo.com/2018/07/12/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-investigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-1-por-francis-chateauraynaud/>
- GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs (EUA): Prentice Hall, 1967.
- HAMLIN, Cynthia. “Breve comentário sobre coronavírus, ‘guerra cultural’ e terraplanismo sanitário”. **Blog do Sociofilo**, Acervo, Ensaios, Notas sobre a pandemia, Séries, 2020. Disponível (on-line) em: <https://blogdosociofilo.com/2020/04/09/notas-sobre-a-pandemia-coronavirus-guerra-cultural-e-terraplanismo-sanitario-por-cynthia-hamlin/>
- LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory: The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture**. Nova York: Columbia University Press, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. **Sociedade e Estado**, vol. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) IUPERJ, 1999.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das letras, 2009[1949].
- PETERS, Gabriel. “Trollar até a morte: A persistência do bolsonarismo nos tempos do Corona”. **Blog do Sociofilo**, Acervo, Ensaios, Notas sobre a pandemia, Séries, 2020. Disponível (on-line) em: <https://blogdosociofilo.com/2020/04/13/trollar-ate-a-morte-a-persistencia-da-visao-de-mundo-bolsonarista-nos-tempos-do-corona-por-gabriel-peters/>
- PLATERO, Klarissa; GOMES, Fabian. “Números estatísticos e realidades: Uma proposta de reflexão sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia, 2020.
- PORTO, Maria Stela Grossi. “Crenças, valores e representações sociais da violência”. **Sociologias**, n. 16, pp. 250-273, 2006.
- TALONE, Vittorio. **Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: Um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado), PPGSA/UFRJ, 2015.

- _____. “A memória actancial: As consequências de situações de ferimento, tensão e morte”. In: CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara; CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura (orgs). **Sociologia, crítica e pragmatismo: Diálogos entre França e Brasil**. Campinas: Pontes, 2019, pp. 387-412.
- _____. **A força da memória: Lembranças de situações de ferimento, tensão e morte**. Tese: (doutorado), Iesp/Uerj, 2020.
- WERNECK, Alexandre. “Sobre a cité hedonista: Uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria”. In: CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara (orgs), **Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França**. São Paulo: Annablume, 2018, pp. 89-116.
- _____. “Graça em tempos de desgraça? A jocosidade como operador da crítica na pandemia”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia, 2020.
- _____; TALONE, Vittorio. “A ‘sociabilidade violenta’ como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 12, nº 1, pp. 24-61, 2019.
- _____; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; TALONE, Vittorio. “Um esboço de sociologia pragmática da violência”. **Sociologias**, vol. 22, nº 54, 2020, no prelo.

Fontes da imprensa

- BBC NEWS. “Em rede nacional, Bolsonaro critica fechamento de escolas e comércio e compara coronavírus a ‘resfriadinho’”. **BBC News**, Brasil, 24 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52028945>
- BRUM, Eliane. “O futuro pós-coronavírus já está em disputa. Como impedir que o capitalismo, que já nos roubou o presente, nos roube também o amanhã?”. **El País**, Opinião, 08 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html?fbclid=IwAR2Z98t_0nMR9BG5kcQdkgTuB1ErtetHc5B5pBLfYaU9SooguDP AeV4pGA?event_log=oklogin
- COLLUCCI, Cláudia. “Cloroquina está sendo vista como salvadora, mas não é”, diz médica do Incor”. **Folha de S. Paulo**, Equilíbrio e saúde, 12 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/cloroquina-esta-sendo-vista-como-salvadora-mas-nao-e-diz-medica-do-incor.shtml>
- FOLHA DE S. PAULO. “Hospital nega que tenha tratado o ‘primo Antonio Carlos’. Autor de post diz que primo detectado com Covid-19 foi curado com cloroquina”. **Folha de S. Paulo**, Equilíbrio e Saúde, 9 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/hospital-nega-que-tenha-tratado-o-primo-antonio-carlos.shtml>
- FREYTAGS-TAMURA, Kimiko. “George Orwell’s ‘1984’ Is Suddenly a Best-Seller”. **The New York Times**, Books, 25 de janeiro de 2017. Disponível (on-line) em: <https://www.nytimes.com/2017/01/25/books/1984-george-orwell-donald-trump.html>
- GRANDA, Manu. “Incêndios ameaçam diversidade da fauna australiana. Um bilhão de animais morreram em chamas sem controle que devastaram uma extensão maior do que Portugal”. **El País**, Sociedade, 13 de janeiro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-01-13/incendios-ameacam-diversidade-da-fauna-australiana.html>
- LEMONS, Vinicius. “Demitidos por causa do coronavírus: os brasileiros que já ficaram desempregados com a pandemia”. **UOL**, Economia, 26 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/26/demitidos-por-causa-do-coronavirus-brasileiros-que-ja-ficaram-desempregados-com-a-pandemia.htm>

- O DIA. “Chegou o coronavírus’: Ernesto Araújo diz que quarentena faz parte de plano para impor comunismo no mundo”. **O Dia**, Brasil, 22 de abril de 2017. Disponível (on-line) em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2020/04/5903606--chegou-o-comunavirus---ernesto-araujo-diz-que-quarentena-faz-parte-de-plano-para-impor-comunismo-no-mundo.html>
- RODRIGUEZ, Aloma. “A nova era dourada das distopias. Séries de televisão, romances e filmes parecem ratificar que estamos em uma era de ouro das distopias”. **El País**, Cultura, Ficção científica, 07 de outubro de 2017. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/06/cultura/1507305334_572081.html
- ROSSI, Amanda. “Rumo à quarentena global: a distopia do coronavírus”. **Piauí**, Questões epidemiológicas, 29 de fevereiro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://piaui.folha.uol.com.br/rumo-quarentena-global-distopia-do-coronavirus/>
- SPERB, Paula. “A reação já começou com a desobediência civil’, diz Ignácio de Loyola Brandão, autor de distopia política. Romance mostra Brasil governado por ‘presidente sem cérebro’, assolado por epidemias e sem Ministério da Saúde”. **Folha de S. Paulo**, Poder, 11 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/a-reacao-ja-comecou-com-a-desobediencia-civil-diz-ignacio-de-loyola-brandao-autor-de-distopia-politica.shtml>
- VALFRÉ, Vinícius; BENHKE, Emilly. “Ministério da Saúde reforça importância de isolamento para evitar colapso”. **UOL**, Cotidiano, 26 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/06/ministerio-da-saude-reforca-importancia-de-isolamento-para-evitar-colapso.htm>
- VEJA. “Fake news do ‘primo do porteiro’ se espalha nas redes sociais”. **Veja São Paulo**, Cidades, 26 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/fake-news-primo-do-porteiro-coronavirus/>
- VILARDAGA, Vicente. “A distopia sanitária”. **Isto é**, 08 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://istoe.com.br/a-distopia-sanitaria/>

VITTORIO TALONE (vittorio.talone@gmail.com) é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil) e pesquisador associado do Necvu. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil) e graduado em ciências sociais pela mesma universidade.